

Embora essas citações não cubram necessariamente as várias questões implicadas pelos avanços tecnológicos, os recursos da informática nos parecem retratar o estado de desenvolvimento cultural da sociedade contemporânea.

Sabemos que há muito com o que caminhar e que são muitas as *facetas* que se apresentarão, contudo ficam as expectativas para que perdure o magnetismo das mudanças juntamente com o despertar da consciência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, M. **Educação comunitária: faces e formas.** Petrópolis, Editora Vozes, 1989.
- D'ORMESSON, J. O que não sabemos. **O Estado de São Paulo** (Caderno Especial, de 10/09/95), São Paulo, Ano IX, Nº 3136, 1995.
- HEYMANN, G. O computador faz a festa em Paris. **Superinteressante**, São Paulo, Editora Abril, Ano 3, Nº 9, 1989.
- PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo, Ed. Associados / Cortez Editores, 1988.

IDENTIDADE E CIDADANIA: A QUESTÃO DA DIFERENÇA

*Lígia Assumpção Amaral**

Resumo. O presente texto se propõe a desenvolver algumas idéias em torno do tema identidade em sua interface com a temática da cidadania/direitos humanos, tendo como pano de fundo a questão da diferença. Assim, inicialmente, identidade é postulada como fenômeno dinâmico e transformável, configurando-se dialeticamente como atual e virtual, permanente e transitório, manifesto e latente. Enfatiza-se também que a constituição e metamorfose da identidade se dão sempre através do processo de socialização. Na sequência é apresentada a formulação do conceito/definição de cidadania, nas sutilezas de “qualidade” e “estado”, esboçando-se sua articulação com a questão remetida a desvio/diferença e às identidades grupais mediadas por essa peculiaridade. São então alinhavadas algumas idéias relacionadas aos obstáculos enfrentados pelas pessoas desviantes/diferentes para a fruição do estado de cidadania, obstáculos esses construídos a partir de significados psicossociais do desvio/diferença, sendo brevemente apontados: preconceitos, estereótipos e estigma. Para finalizar, as idéias anteriores são articuladas à temática dos direitos humanos/direitos universais, pensando-se num alargar da configuração da cidadania..

Palavras-chave: identidade, diferença, cidadania.

* Doutora e Mestre em Psicologia Social. Especialista em deficiência, profa. pesquisadora e profa. da graduação e pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

IDENTITY AND CITIZENSHIP : THE MATTER OF DIFFERENCE

Abstract. The present paper proposes to develop some ideas about the theme identity in its interface with citizenship/human rights, having the matter of difference as a base. Thus, beginning, identity is stated as a dynamic and changeable phenomena, dialectically regarded as present and virtual, permanent and transitory, manifest and latent. the constitution and metamorphosis of identity occur always through the socialization processes and it is also emphasized here. The formulation of the concept/definition of citizenship in subtilness of "quality" and "state", outlining its articulation with the reported question to deviation/difference, and to grupal identity mediated by this peculiarity is showed here. Some ideas related to the obstacles faced by deviate/different people to the flow of the state of citizenship, these obstacles being built from psycho-social meanings of deviance/difference, being briefly showed: prejudices, stereotypes and stigma are also basted here. To finish the previous ideas are engaged to the theme of human rights/universal rights, thinking of widening the citizenship configuration.

Key words: identity, difference, citizenship

Início esclarecendo que algumas das idéias que vou tentar compartilhar hoje com vocês não são inéditas, não foram elaboradas especialmente para esta oportunidade, uma vez que foram, inclusive, publicadas em meu último livro¹. Outras idéias ou pontuações foram a elas acrescidas para este nosso encontro.

Isto posto, vamos ao hoje: de qualquer forma, o que se apresenta aqui é uma "provocação" para discussão

conceitual. Assim sendo, e antes de mais nada a fim de marcar minha posição cautelosa frente ao "reinado dos conceitos", desejo esclarecer que visceralmente me perfilo com Nietzsche. Disse ele:

"Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como o que é uma folha nunca é inteiramente igual a outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo (...) como se na natureza, além das folhas, houvesse algo que fosse "folha", uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas (...) Enquanto cada metáfora intuitiva é individual e sem igual e, por isso, sabe escapar a toda rubricação, o grande edifício dos conceitos ostenta a regularidade rígida de um columbário romano e respira na lógica aquele rigor e frieza que são próprios da matemática." (1983: 48-49)

Veremos que no decorrer de minha exposição tentarei exatamente articular essa característica de rigidez conceitual à complexa multidimensionalidade da experiência humana. Mas isso fica para depois!

Além disso, quero também reafirmar a idéia de que ao perseguirmos um conceito/definição faz-se imprescindível lembrar que essa díada é sempre historicamente datada. Ou seja, em dado **contexto** elabora-se um **conceito** (representando-se de uma dada forma um objeto), o qual é operacionalmente descrito através de uma **definição** que visa à ampla compreensão daquele, bem como sua divulgação e apropriação pelos receptores previstos.

1 **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**, publicado pela Robe Editora em 1995.

O título dado a esta fala, "Identidade e cidadania", refere-se ao fato que a oportunidade de estar hoje aqui levou-me a retomar algumas reflexões - basicamente voltadas para a questão da cidadania e dos direitos humanos - e tentar alinhavá-las com algumas outras remetidas à questão da identidade.

Aliás, tenho também comentado inúmeras vezes, nas mais diversas circunstâncias, que talvez nunca se tenha falado tanto em cidadania, e, simultaneamente, quão rara é a indagação subjacente: o que é cidadania?

O mesmo vale para identidade: O que é? É uma? São muitas? É (são) estática(s)? É (são) dinâmica(s)?

Antes de continuar, desejo compartilhar um "hábito-mania" que tenho: o de consultar dicionários antes de me propor a refletir sobre algum tema que se apresente: às vezes da Língua Portuguesa, às vezes de Psicologia, às vezes de Psicanálise, às vezes de Mitologia... Mas, de fato, são dois os meus principais interlocutores-fontes: nosso velho conhecido "Mestre Aurélio" (Ferreira, 1975) e um outro, que chamo de "Velhinho" - um dicionário de "Synonimos e Epithetos" datado de 1848 (Roquette e Fonseca).

No "Velhinho" não encontrei nem "identidade", nem "cidadania". No "Mestre Aurélio" estavam ambos. Vou, portanto, refletir quer sobre a ausência quer sobre a presença dos mesmos e, neste último caso, em suas configurações. Obviamente tentarei sair desses interlocutores-fontes - diuturnamente acusados de servirem apenas ao "senso comum" - embora isso me instigue a começar outra discussão! Evitarei esse atalho em respeito a vocês e à própria organização do evento - afinal sei bem como é difícil e trabalhoso montar esquemas de congressos!

Começemos, pois, pela questão da identidade.

Identidade

Já que Roquette, há 150 anos, não incluiu o termo em seu dicionário, busquei qualquer outro verbete que pudesse servir de âncora "histórica" para estas reflexões. Assim, deparei-me com dois deles, que me pareceram excelentes pontos de partida e que foram apresentados de forma articulada pelo autor: indivíduo e pessoa.

"Indivíduo é um animal que occupa um lugar na natureza. Pessoa é um homem ou uma mulher que tem este ou aquelle estado. A condição que acompanha um ser racional é a que o distingue com o nome de pessoa, e a que o faz acredor a certos direitos, e o sujeita a estes ou àquelles cargos. Um indivíduo não representa nenhuma classe, só indica uma espécie; a pessoa está sujeita a uma classe, e tem unidos a sua existencia attributos que a distinguem das demais. Indivíduo é um ser que se considera solitário; uma pessoa é uma parte da sociedade." (Roquette, 1848: 391)

Não é instigante essa distinção?

Vamos agora a "Mestre Aurélio":

Identidade: 1. Qualidade de idêntico; 2. Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc. 3. Reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio. 4. Carteira de Identidade. 5. Mat. Relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas. (Roquette, 1975)

Interessante pensar que esse sentido oriundo da matemática encontra seu espelho num princípio político: o da

democracia formal, onde os mecanismos de opressão ficam esmaecidos frente à idéia de "igualdade", do tipo: "Somos todos iguais perante a lei" ou "A democracia propugna a igualdade entre os cidadãos", ou ainda "Na democracia as oportunidades são igualmente distribuídas entre os indivíduos".

Aqui um parêntese: neste momento fica quase impossível, para mim, não remeter-me às colocações de Roquette sobre indivíduo e pessoa. Mas tentarei refrear esse ímpeto e prosseguir no raciocínio proposto.

Após esse preâmbulo, vocês devem estar se perguntando aonde quero chegar; o que, afinal, entendo por identidade.

Longe de mim aventurar-me a sintetizar conceito tão plurifacetado. Apenas para termos um solo comum diria que, seja qual for o conceito de identidade em jogo, seja sob o ângulo individual ou coletivo, é fundamental pensarmos o fenômeno da identidade indiscutivelmente correlacionado ao **tempo** e, quase que por extensão, ao movimento. Só a dimensão temporal nos livrará da camisa-de-força a que constantemente a leitura do fenômeno da identidade está presa.

Falo da possibilidade (e necessidade) de pensarmos a identidade não como fenômeno estático, mas dinâmico e, especialmente, transformável. Falo de um fenômeno que dialeticamente inclui, no mínimo, tudo o que é atual e virtual, permanente e transitório, manifesto e latente...

Muitos são os autores que têm enfatizado esse aspecto, autores esses filiados às mais diversas correntes teóricas. Estou, portanto, apenas sublinhando aquilo que, por exemplo, foi exemplarmente sintetizado por Ciampa

(1984:74): *"Identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose."*

De qualquer forma, é importante lembrar que a constituição e a metamorfose dessa identidade se dá sempre através do processo de socialização da pessoa, processo esse vivido em seu contexto, mediado pelas instituições das quais faz parte. Além disso, e talvez principalmente, há que se frisar a elaboração pessoal desse mesmo processo - como disse Sartre (talvez não exatamente com estas palavras): "O importante é aquilo que eu faço do que fizeram comigo".

Um último aspecto que gostaria de trazer para discussão é a imprescindível distinção entre identidade e individualismo. E a respeito do individualismo trago as palavras de Jacoby, que nos diz:

"... forma ideológica de sobrevivência do indivíduo burguês. Isso porque é importante esvaziar o outro e manter o indivíduo preso a uma pseudo liberdade interior, onde germine a culpa e o desespero pelo fracasso da sociabilidade humana. O indivíduo torna-se então presa fácil desse autoritarismo capitalista e, reificado, ainda se imagina poderoso enquanto fica aniquilado para a consciência solidária, esta sim revolucionária porque cria e recria no cotidiano novas condições de produção e vida." (Jacoby, 1977)

Os grifos são meus, pois penso que se há um conceito a resgatar-se na atualidade é o da consciência solidária, um dos sustentáculos, penso eu, da construção e experientiação da cidadania. Isto posto, vamos às reflexões referentes ao segundo termo do título proposto.

Cidadania

Aqui mais um parêntese necessário. Tenho nos últimos (muitos) anos me dedicado especialmente à questão do desvio, da diferença. Inicialmente foi a diferença/deficiência que esteve sob meu "microscópio". Paulatinamente alarguei as fronteiras desse interesse e hoje ofereço disciplinas, desenvolvo e oriento pesquisas, participo de eventos voltados para "diferenças significativas", sejam elas de cunho corporal, étnico, racial, religioso, de classes... Faço esse esclarecimento porque ao discutir a questão da cidadania estarei, preferencialmente, articulando essa idéia à complexa questão do desvio, da diferença. Aliás, temas que para sua melhor exploração requereriam muito mais tempo e espaço!

Contextualizada minha atual preocupação, passo a explorar a idéia, ou formulação, de "cidadania". Início com algumas colocações de Maria de Lourdes Covre:

"... a elaboração da categoria cidadania (...) está marcada (na formulação rousseauneana) por um vínculo substantivo com a igualdade e liberdade ligadas intrinsecamente (o que) aponta-nos uma preocupação contra a exploração do homem pelo homem, contrariamente à de Locke, que acaba por validar exatamente essa exploração". (Coure, 1986: 175)

Vamos agora ao "conceito/definição" de cidadania. Mais uma vez vejo-me em busca de respostas que escapem dos jargões de cada campo científico/ideológico (Direito, Política, Sociologia...). Mais uma vez peço auxílio a "Mestre Aurélio", que nos diz que **"CIDADANIA É A QUALIDADE OU ESTADO DE CIDADÃO"**.

E quem é o cidadão? É **"o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este"**; "habitante de uma cidade"; "indivíduo, homem, sujeito".

Por outro lado, a filósofa Marilena Chaui nos lembra que nossa sociedade conheceu a cidadania através do que ela chama de "senhor-cidadão". Ou seja, há por trás do conceito de cidadania as idéias de privilégio de classe e de **concessão** por parte dos que estão "em cima" aos que estão "embaixo". Isso porque a nossa é uma sociedade na qual

"as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores. Ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo..." (Chaui, 1989)

Mais à frente a autora afirma que a nossa

"é uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres. No caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e

outorga feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal e do arbítrio do governante." (id. Ibid.:27-28)

Penso que essas considerações são de extrema importância, pois caem "como uma luva" em várias questões remetidas a "identidades" grupais marcadas pelo desvio, pela diferença, e ao exercício de cidadania das pessoas que compõem esses coletivos.

Senão vejamos:

A diferença é, com frequência, imediatamente transformada em desigualdade? É!

As pessoas desviantes/diferentes, em sua desigualdade, estão usualmente sujeitas a uma hierarquia de mando e obediência em relação à família, às instituições públicas e privadas, ao Estado, à cultura? SIM!

Os indivíduos desviantes/diferentes são, comumente, categorizados como inferiores, em relação aos que não o são? SIM!

As relações mistas (usando novamente a expressão de Goffman) entre desviantes/diferentes e os que não o são tendem, entre outras características, a tomar a forma de dependência? SIM!

O paternalismo e o clientelismo costumam ser a "capa" da violência simbólica no trato com essas pessoas? SIM!

As leis específicas em relação a essa condição podem transformar-se em instrumento de repressão e opressão? SIM!

Os direitos dessas pessoas podem caracterizar-se como concessões advindas das diferentes autoridades (familiares, técnicas e governamentais)? SIM!

Isto posto, voltemos aos aspectos de **qualidade e estado**, tal como nos sugeriu "Mestre Aurélio", e vamos "brincar" com as idéias que os mesmos provocam.

Por essa vertente poderíamos explorar um atalho: o de que a pessoa desviante/diferente teria intrinsecamente a qualidade de cidadão, mas, inversamente, pouco usufruiria do estado de cidadão.

Ou seja, o discurso corrente "lembra" e "sublinha" a necessidade do reconhecimento da qualidade de cidadão do indivíduo desviante/diferente. A prática demonstra que o estado de cidadão - e portanto o exercício pleno da cidadania - não ocorre com frequência. Mas quais os empecilhos ou obstáculos que se interpõem entre a "qualidade" e o "estado" de cidadania?

Penso que especialmente os obstáculos de caráter atitudinal e, dentre esses, aqueles que constroem a visão preconceituosa e estereotipada das pessoas desviantes/diferentes. Essa visão encaminha, por sua vez, para sua não-inserção nos diferentes contextos onde são exercitados os direitos e deveres do cidadão. Onde é **experienciada a realização pessoal** e onde é **exercida a responsabilidade individual** num contexto inter-individual: a comunidade.

Claro está que, a partir dessa afirmação, outras idéias "pedem" para ser desenvolvidas. Assim lembraria e daria ênfase a alguns fatores de caráter psicossocial que circundam a questão do desvio/diferença: atitudes, preconceitos, estereótipos e estigma.

Esses são, afinal, os fatores que configuram a complexa **rede de significados psicossociais do desvio/diferença**, rede essa que, em última instância, configurará as posturas integracionistas ou segregacionistas

desse "coletivo" na comunidade. Essas posturas, por sua vez, caracterizarão a possibilidade (ou não) de sua inserção no cotidiano, dialeticamente preparando-o para a vida cotidiana da sociedade.

Retomo aqui, com ênfase, a configuração socialmente construída dos estereótipos ("tipos fixos"), que estarão sempre se interpondo nas interações humanas como um biombo entre os diferentes protagonistas da relação - em nosso caso entre os não desviantes/diferentes e estes. É usual, portanto, o relacionamento não entre pessoas, mas entre metáforas: entre o normal e o anormal, entre o normal e o desviante, entre o normal e o anômalo...

Na esfera do desvio/diferença, venho constatando que três são os estereótipos mais usuais: vítima, herói e vilão. Qualquer um deles (malgrado as sutilezas) situa o diferente num "lugar atípico". Essencialmente num lugar "extra-humano". Ou seja, a partir do preconceito o relacionamento não é com uma dada pessoa, mas com o estereótipo de sua "categoria". Sublinhe-se, portanto, que o fenômeno se dá tão-somente no plano relacional. E é, insisto, **nas relações que se estabelece o estigma**.

Volto pois ao preconceito, tentando aprofundar uma das possíveis reflexões que esse fenômeno sugere. Para isso trago algumas colocações de outra filósofa atual: Agnes Heller.

Para instigar um pouco mais nosso pensar, selecionei (dentre muitas de suas postulações de inestimável valor) uma pergunta por ela formulada e sua própria tentativa de resposta:

"Por que afirmamos que o preconceito, abstratamente considerado, é sempre moralmente negativo? Porque

todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo." (Heller, 1992:59)

Vemos então que aqui uma outra questão se coloca: estarão a "qualidade" e o "estado" de cidadão limitados ao gozo de direitos e desempenho de deveres na esfera do civil e do político? Certamente não, pois é imprescindível pensar-se também no que temos modernamente chamado de "direitos humanos", que contêm em si os direitos do homem e do cidadão.

A própria Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, remete-se a "direitos universais do ser humano"; todavia ela mesma, ao reportar-se a poderes públicos preservadores desses direitos, transforma-os em direitos puramente civis - como nos lembra Chaui.

Ora, como até aqui explorado, quando pensamos em pessoas desviantes/diferentes (ou seja, quando pensamos em qualquer um que se afaste dos padrões estabelecidos pela ideologia corrente), precisamos pensar em **direitos universais**.

Não se trata apenas de beneficiar-se de leis ou respeitá-la - sejam elas do direito trabalhista, criminal ou qualquer outro; de votar e ser votado, e assim por diante. Trata-se do direito de ser pessoa: ter **autonomia**, ter **liberdade de escolha** (em relação a desejos, a ideais e a convicções) e **ter participação ativa na VIDA**.

Isso **alarga a configuração da cidadania**, fazendo com que qualidade e estado alcancem todos os planos da condição humana.

Assim, e por outro lado, os "guardiães" dos direitos humanos não estão mais e tão-somente nos aparatos públicos e sim em cada um de nós: pessoas, cidadãos. **SUJEITOS SOCIAIS.**

E para que cada um de nós possa ter essa experiência de "guardião" dos direitos humanos faz-se imprescindível que tenhamos uma disposição psíquica permanente de abertura aos nossos próprios preconceitos. Assim, poderemos parar de repetir e repetir, acriticamente, que "a sociedade é preconceituosa em relação aos desviantes/diferentes" e trocar esse discurso por uma constante indagação: "Como posso trabalhar com meus preconceitos, e eventualmente me libertar deles?"

Trago, quase, para finalizar, mais um pensamento de A. Heller:

"Se confiamos enquanto indivíduos em nossos ideais e em nossas convicções, isto é, se confiamos nelas sobre a base de um permanente controle da situação, das autoridades e também (e não em último lugar) de nossas próprias motivações, se estamos dispostos a negar confiança a nossas idéias na medida em que o conhecimento e a experiência as contradigam de modo regular, se não perdermos a capacidade de julgar corretamente o singular, então seremos capazes de nos libertar de nossos preconceitos e de reconquistar sempre a nossa relativa liberdade de escolha. Só poderemos nos libertar dos preconceitos se assumirmos o risco do erro..." (Heller, 1992: 63)

Escolhi essa frase por pensar que ela nos remete a interessante reflexão: pensamos sempre que o "outro" é a vítima do preconceito e nos esquecemos de que ao nos

atermos a uma visão preconceituosa somos nós que dela também passamos a ser vítimas, ao perdermos a possibilidade de pensar e escolher aquela visão que nos será própria, em dado momento histórico e baseada em nossa experiência.

Assim, talvez, e paradoxalmente, a partir do próprio "egoísmo", de uma tendência egocêntrica, os agentes institucionais - familiares e profissionais - possam(os) rever os preconceitos que, incidindo sobre "o outro" desviante/diferente, roubam-lhe a identidade e fecham portas de acesso à vida plena em comunidade. Fecham para ele as portas da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Lúgia A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**. São Paulo, Robe Editorial, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Direitos Humanos e medo. In: FESTER, A. Carlos R. (org.). **Direitos Humanos e...** São Paulo, Brasiliense/Comissão Justiça e Paz de São Paulo, 1989.
- CIAMPA, Antonio da C. Identidade. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- COVRE, M. Lourdes M. Capital monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática. In: COVRE, M.L.M. (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FERREIRA, Aurélio B.H. **Novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

- JACOBY, Russel. **Amnésia social**: uma crítica à Psicologia conformista, de Adler a Laing. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- NIETZSCHE, F. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: **NIETZSCHE**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Coleção "Os Pensadores".
- ROQUETTE, J.I. e FONSECA, J. da. Diccionario da lingua portugueza e Diccionario de synonymos, seguido de Diccionario poetico e de epithetos. Paris, Aillaud, 1848.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Objetivo

Esta revista destina-se à publicação de trabalhos de professores, alunos e demais profissionais do setor universitário, ou não, que estejam envolvidos ou tenham estudos produzidos em psicologia ou áreas afins.

Normas Editoriais

1. Serão aceitos trabalhos inéditos.
2. Em casos especiais, serão aceitos trabalhos que já tenham sido publicados em periódicos estrangeiros, sujeitos à mesma avaliação de originais inéditos. Entretanto, nesses casos, o autor deverá apresentar autorização, por escrito, do editor da revista em que o seu artigo tenha sido originalmente publicado.
3. Os pareceres dos consultores comportam três possibilidades: a) aceitação integral; b) aceitação com reformulações; c) recusa integral. Em qualquer desses casos, o autor será comunicado.
4. Os trabalhos serão aceitos em língua portuguesa ou em língua espanhola.
5. Os autores dos trabalhos publicados receberão um exemplar da revista.
6. As opiniões emitidas, bem como a revisão do texto, são de exclusiva responsabilidade do autor.
7. A revista terá as seguintes seções:
 - 7.1. Artigos: compreende textos que contenham contribuições para discussão, reflexão e compreensão do tema proposto, além de abrir possibilidades de crítica metodológica e/ou contestação científica;
 - 7.2. Relatos de pesquisa, concluídas ou não;
 - 7.3. Comunicações: relatos breves de pesquisa ou trabalhos apresentados em reuniões científicas/eventos culturais;
 - 7.4. Resenhas: análises críticas de livros, de periódicos recentemente publicados, como também de dissertações e teses, que possam dar ao leitor conhecimento sucinto do teor